



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH

Nota Técnica nº 02/2009/CTPNRH/CNRH/MMA

Em 19 de fevereiro de 2009.

À CTIL,

Assunto: Minuta de Resolução CNRH que “*Aprova a proposta de Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Tocantins e Araguaia*”

INTRODUÇÃO

1. Esta Nota Técnica tem como objetivo apresentar minuta de Resolução a ser analisada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, com vistas à aprovação da *proposta de Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia*.
2. Destaca-se que o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Tocantins–Araguaia é uma das ações previstas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito do *Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos* – sendo explicitado no detalhamento do *Subprograma III.6 – Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos Hídricos em Classes de Uso*, aprovado pela Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007.
3. O referido Plano foi apresentado à CTPNRH em sua 55ª Reunião, em 16 e 17 de fevereiro de 2008, sendo objeto de amplo debate quanto ao seu conteúdo, bem como no tocante as estratégias adotadas para assegurar a participação pública ao longo do processo de elaboração. Como resultado dos debates, formulou-se a minuta de Resolução que agora se apresenta.

APRESENTAÇÃO DO PERH TOCANTINS-ARAGUAIA

4. A Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia tem área de drenagem de 918.822 km² (11% do país), abrange 5 estados e o Distrito Federal, totalizando 409 municípios. O dinâmico processo de desenvolvimento socioeconômico

existente na região deverá se intensificar nas próximas décadas em função das demandas nacional e internacional por *mercadorias*. Assim, as elevadas potencialidades hídrica, agropecuária, mineral, para navegação e geração de energia que serão cada vez mais demandadas, o que confere à região um papel destacado no desenvolvimento do país;

5. Por isso, a região foi definida, pela Agência Nacional de Águas (ANA), como prioritária para a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que são definidos pela Lei nº 9.433/97. Essa decisão culminou com a elaboração do referido Plano, seguindo a diretriz do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que é a de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos de forma integrada, descentralizada e participativa nas principais bacias e regiões hidrográficas brasileiras.
6. Características relevantes da região hidrográfica são a inexistência de um Comitê de Bacia e o fato de que os sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos ainda estão em fase de estruturação e consolidação. Destaca-se ainda a falta de articulação interinstitucional, uma das principais fragilidades observadas na região, sendo que a sua resolução se apresenta como fundamental para a adequada gestão dos recursos hídricos;
7. Por isso, adquiriu especial relevância no processo de elaboração do Plano o desenvolvimento de um processo participativo com os atores sociais que atuam na região;
8. A elaboração do Plano se estendeu pelo período de janeiro de 2006 a novembro de 2008 e buscou incorporar a participação de atores da região. O estudo foi dividido em três etapas que são as seguintes: Diagnóstico; Avaliação de Cenários e Consolidação.
9. O Relatório Síntese do Plano integra os resultados obtidos nessas três etapas, revisando e consolidando as informações. As propostas apresentadas nesse documento buscam articular os instrumentos da PNRH e embasam ações para a gestão compartilhada e o uso múltiplo e integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. O caráter estratégico é conferido pela busca de minimizar e antecipar conflitos futuros, estabelecendo diretrizes para a compatibilização da utilização da água com as demais políticas setoriais, assegurando o seu uso sustentável;
10. O Relatório Síntese está embasado nos seguintes produtos: Relatório de Diagnóstico; Relatório de Avaliação de Cenários; Relatório de Consolidação;
11. O Relatório de Diagnóstico constitui-se em um quadro de referência sobre as condições atuais da região. Complementa esse produto um conjunto de 24 anexos que se constituem em relatórios temáticos que cobrem os diversos temas relevantes para a avaliação da região e que são os seguintes: geologia; geomorfologia; recursos minerais; solos; risco potencial de erosão; meio biótico; terras indígenas; comunidades quilombolas; socioeconomia; economia regional; saneamento; disponibilidade hídrica superficial; disponibilidade hídrica subterrânea; qualidade das águas superficiais; qualidade das águas subterrâneas; irrigação; geração de energia; navegação e transporte; pesca e aquicultura; turismo; caracterização político-institucional; planos e programas; e sedimentometria. Integra também a etapa de Diagnóstico, o Relatório de Cadastro

de Usuários realizado na região, em que são apresentados os resultados do cadastro de campo de irrigantes;

12. O Relatório de Avaliação de Cenários propõe cenários alternativos de utilização dos recursos hídricos até o ano de 2025. O conteúdo desse relatório inclui: cenários econômicos; cenário demográfico; disponibilidade hídrica; usos consuntivos e não consuntivos; balanços hídricos qualitativo e quantitativo; e avaliação multicriterial acoplada à Avaliação Ambiental Estratégica;
13. O Relatório de Consolidação propõe um conjunto de programas e ações para a região, visando minimizar e antecipar conflitos pelo uso da água identificados nas etapas anteriores de diagnóstico e nos diversos cenários. O seu conteúdo inclui: definição de princípios e critérios para a formulação das intervenções; proposta de enquadramento dos corpos hídricos; proposta de alocação de água entre as unidades da federação; programas e ações até o horizonte de 2025; diretrizes e temas estratégicos; proposta de um arranjo institucional para a gestão da água na região; estratégias de implementação do plano estratégico;
14. Complementando esses produtos, foram elaborados 3 Relatórios de Consultas Públicas, onde estão registradas as contribuições recebidas em cada uma das 3 rodadas de reuniões públicas realizadas nas unidades da federação que compõem a região hidrográfica com a participação dos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.
15. O processo de elaboração do Plano foi baseado na Lei nº 9.433/97, onde é prescrito que a implementação da PNRH deve ser descentralizada e participativa. Nessa linha, a Resolução CNRH nº 17 considera que o acompanhamento da elaboração dos planos em bacias hidrográficas com águas de domínio da União, deverá ser realizado por uma equipe técnica formada por representantes das unidades da federação articulados em nível estadual pelas entidades ou órgãos gestores de recursos hídricos. Além disso, acrescenta que a participação da sociedade deve acontecer por meio de consultas públicas, encontros técnicos e oficinas de trabalho, ocasião em que os diversos estudos elaborados serão amplamente divulgados;
16. Para atender ao preconizado na legislação, foram criados dois espaços de discussão e de recebimento de contribuições ao estudo: Reuniões Públicas no âmbito dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e o Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA);
17. A abordagem adotada no processo público de participação foi a de realizar as rodadas de reuniões públicas nas unidades da federação ao final de cada uma das três etapas de elaboração do Plano. A apresentação de informações consolidadas favoreceu o debate e estimulou a contribuição dos participantes. Após a conclusão da rodada de reuniões, era realizada a análise e incorporação das contribuições recebidas para apresentação, em seguida, dos resultados ao GTA;
18. As reuniões foram sempre abertas ao público e realizadas com a participação dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Sua função foi a de apresentar os resultados dos estudos elaborados no Plano, receber contribuições e captar as posições e visões dos usuários de água, órgãos de governo e sociedade civil sobre os temas considerados;

19. A participação do GTA na elaboração do Plano, por outro lado, seguiu uma linha diferenciada de evolução. A sua constituição e atividades foram desencadeadas logo no início da elaboração do Plano. A mobilização para sua criação foi iniciada a partir das reuniões preparatórias realizadas com ministérios, Congresso Nacional e secretarias de meio ambiente e recursos hídricos dos Estados e do Distrito Federal no período de março a junho de 2006. A ANA solicitou às instituições a indicação de seus representantes, incluindo titular e suplente, para compor o grupo. Para as secretarias estaduais, em especial, foi demandada a indicação de representantes locais dos setores usuários e da sociedade civil;
20. Com a finalização do recebimento das indicações, o GTA foi instalado por meio da Portaria nº 189, de 17 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União. Esse grupo foi instituído com as funções de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, de analisar e contribuir com suas experiências para o alcance dos objetivos do trabalho e de agir como facilitador na obtenção de dados e informações nas esferas de sua atuação. A sua composição inclui 9 representantes de ministérios, 2 representantes das secretarias especiais, 1 representante do Congresso Nacional e 35 representantes dos Estados e do Distrito Federal. Entre os representantes das unidades da federação, 7 são de órgãos de governo, 7 usuários e 21 da sociedade civil;
21. Durante o processo de elaboração do Plano, foram realizadas 3 rodadas de reuniões públicas com 14 apresentações em 5 unidades da federação e a participação de 144 atores entre governo, sociedade civil e usuários.
22. O GTA realizou 5 reuniões para deliberação, todas realizadas em Brasília. Os relatórios do Plano foram previamente disponibilizados para consulta aos participantes das reuniões públicas e do GTA no endereço eletrônico da ANA: <http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/PlanejHidrologico/pbhta/>. As contribuições relativas aos relatórios foram recebidas pelo e-mail: spr@ana.gov.br.

CONCLUSÕES

23. Foram apresentadas, por alguns membros da Câmara Técnica, algumas contribuições de caráter metodológico e de base de informações, que poderão, sem prejuízo, ser agregadas ao PERH em suas revisões periódicas.
24. Finalmente, destacou-se a importância de se aproveitar a ocasião da implementação do PERH para acelerar o processo de implementação e fortalecimento do SINGREH na Região, inclusive quanto a criação do Comitê de Bacia.
25. Por todo o exposto, considera-se os trabalhos consubstanciados no Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia – PERH Tocantins-Araguaia –, conduzidos pela Agência Nacional de Águas, foram desenvolvidos segundo os fundamentos, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, atendendo ao previsto na Lei 9.433/1997. Além disso, o Plano atendeu ao preconizado pela Resolução CNRH nº 17, no que concerne ao conteúdo, ao processo participativo adotado e ao arranjo institucional necessário, em decorrência da inexistência do comitê de bacia. Destarte, entende-se que o Plano contém elementos essenciais para orientar a implementação do

Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como o alcance dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,

SIDNEI GUSMÃO AGRA
Presidente da CTPNRH